

**Respostas aos questionamentos do Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito
da Previdência Social - CPIPREV / Senado Federal
ao Diretor de Pesquisas em Exercício do IBGE, Claudio Dutra Crespo,
entregues na Audiência Pública de 13 de julho de 2017**

1) Uma das críticas à avaliação atuarial da Previdência dos últimos anos reside na utilização de parâmetros com valores fixos, com base na PNAD do IBGE de 2009, a exemplo das taxas de urbanização, de participação na força do trabalho, desemprego e salário médio. Segundo alguns especialistas, esses dados foram utilizados nas previsões até a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017.

a) Existe justificativa para utilização de parâmetros aparentemente defasados no tempo para essa modelagem?

b) Após a PNAD de 2009, o IBGE produziu dados mais atualizados que poderiam ter substituído os dados antigos nos modelos atuariais?

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD teve sua última edição realizada em 2015. No contexto de aprimoramento da produção de informações estatísticas, a partir desse ano, essa investigação foi substituída pela PNAD Contínua.

A PNAD era uma investigação realizada anualmente pelo IBGE, com resultados do seu corpo básico referentes ao ano “n” divulgados no ano “n+1”. No caso dos Suplementos, sem periodicidade definida, que contemplavam investigações temáticas específicas, acopladas ao levantamento de informações do corpo básico, a defasagem da divulgação, dependendo da complexidade do tema, poderia ser maior.

Os indicadores acima apontados (taxas de urbanização, participação na força do trabalho, desemprego e salário médio) eram contemplados na investigação anual do corpo básico da pesquisa.

Em anos de Censo Demográfico, a PNAD não se realizava, uma vez que o Censo, assim como a PNAD, tem como unidade de investigação o domicílio e as pessoas, sendo que, por ser uma operação censitária, cobre todos os domicílios do Território Nacional, enquanto a PNAD era uma pesquisa realizada através de uma amostra probabilística de domicílios, ou seja, de âmbito mais reduzido.

A PNAD foi realizada, pelo IBGE, nos seguintes anos: 1971 a 1973, 1976 a 1979, 1981 a 1990, 1992 a 1993, 1995 a 1999, 2001 a 2009, 2011 a 2015.

Informações sobre a natureza da PNAD, como objetivo, metodologia, principais variáveis, entre várias outras, podem ser obtidas no Banco de Metadados do IBGE, no portal do IBGE na Internet, no endereço:

<http://www.metadados.ibge.gov.br/consulta/prnPesquisa.aspx>.

Os resultados dessa Pesquisa, de seus Suplementos e de Pesquisas Especiais são encontrados, respectivamente, em

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2015/default.shtm>,
http://www.ibge.gov.br/home/xml/suplemento_pnad.shtm e

http://www.ibge.gov.br/home/xml/especiais_pnad.shtm.



No Anexo I, encontram-se dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, dos anos de 2009 e de 2011 a 2015, para o Brasil, com as seguintes informações:

- Quadro 1 - População em idade ativa (15 a 64 anos de idade); População economicamente ativa (população que trabalhou ou procurou trabalho); População não economicamente ativa; População ocupada; População desocupada; Nível de ocupação; Taxa de desocupação; Taxa de atividade.

Quadro 2 – Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas, por condição de contribuição previdenciária.

Quadro 3 - Rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e em trabalhos formais e informais, por sexo (R\$)

Quadro 4 – População residente e Taxa de urbanização.

Para uma melhor compreensão desses dados, sugerimos verificar as análises apresentadas na Síntese de Indicadores Sociais, divulgada pelo IBGE, em 2016¹, em especial, os capítulos sobre Trabalho (p.71) e Padrão de vida e distribuição de renda (p.85), com destaque para o Gráfico 6.5, que trata do peso percentual das aposentadorias e pensões nos arranjos familiares de menores rendimentos.

2) Conforme publicado em sua página na Internet, em 2013, o IBGE divulgou, pela primeira vez, as Projeções da População das Unidades de Federação, por sexo e idade, elaboradas pelo Método das Componentes Demográficas. Essa metodologia incorpora as transformações ocorridas no comportamento da fecundidade, da mortalidade e da migração, aprimorando as projeções populacionais. A projeção populacional por idade do IBGE até 2060 desempenha papel central nas discussões sobre a necessidade de ajustes nas regras de acesso aos benefícios previdenciários. Ela aponta para a intensificação do processo de envelhecimento populacional, com rápida transição de um País de jovens para um País com idade média mais avançada.

Sabemos que as projeções do IBGE são continuamente atualizadas, a partir de novos dados da realidade.

Com base nas tendências observadas pelos técnicos do IBGE e na própria experiência internacional, Vossa Senhoria considera possível que as próximas projeções populacionais apontem para a atenuação desse processo de envelhecimento da população ou, ao contrário, seria mais provável esperar a aceleração dessa tendência?

Em primeiro lugar, é importante destacar que, se por um lado, as projeções populacionais divulgadas pelo IBGE em 2013 indicam um processo de envelhecimento da população, por outro lado, também sinalizam para um período de “bônus demográfico”, com uma oferta de população em idade ativa (PIA) que, em tese, atingiria seu máximo em 2033, com um volume de aproximadamente 154,2 milhões de pessoas com idades entre 15 e 64 anos, representando 68,4% do total da população. Mesmo em 2060, com o fim do “bônus”, e no contexto de envelhecimento da população, a PIA chegaria a cerca de 131,4 milhões de pessoas, o que ainda é um número significativo, representando 60,2% do total da população.

¹ A Síntese de Indicadores Sociais 2016 está disponível no link <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsociais2016/default.shtml>

Dessa forma, antes de atingir o ápice do processo de envelhecimento, a população brasileira expandirá o volume de sua população produtiva o que pode ser um instrumento para alavancar o desenvolvimento econômico e social do País.

Em relação à tendência do processo, dados mais atuais da PNAD, do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) / DATASUS e da Pesquisa do Registro Civil / IBGE apontam no sentido de uma leve redução do ritmo de queda das taxas de fecundidade, o que impactaria a velocidade do envelhecimento populacional. Contudo, dado que a dinâmica de redução da fecundidade não é muito intensa, espera-se que não sejam observadas alterações significativas no futuro contingente de pessoas idosas no País em relação ao que as projeções de 2013 demonstram.

3) O livro intitulado **A Previdência Social e a Economia dos Municípios**, do escritor Álvaro Solón de França, demonstra que em mais de 80% dos municípios brasileiros, os pagamentos dos benefícios da previdência social superam a arrecadação municipal. O referido livro tem o prefácio do Senador Garibaldi Alves Filho, então Ministro da Previdência Social, transscrito abaixo:

"Embora a Previdência Social tenha uma importância muito grande do ponto de vista da diminuição das desigualdades regionais, não existe uma literatura extensa sobre o tema. Nesse contexto, o presente estudo elaborado por Álvaro Solón de França em parceria com a ANFIP é de fundamental relevância para reforçar a importância social da Previdência em nosso país, em especial, como contraponto a setores da mídia e a pesquisadores que enfatizam apenas os aspectos fiscais."

De forma complementar, é importante enfatizar que a relevância da Previdência não é apenas por seu papel de proteção social, mas também de grande importância no desenvolvimento humano e para a economia dos municípios. Como apontado por este estudo, em 2010, 3.875 cidades contaram com pagamentos da Previdência superiores ao do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), ou seja, quase 70% do total. Portanto, grosso modo, de cada três cidades brasileiras, em duas os benefícios do INSS superam as transferências do FPM. Em 4.589 municípios (82% do total), os pagamentos da Previdência superam arrecadação municipal."

Segundo estudos do IBGE, nesta mesma esteira, para cada beneficiário da Previdência Social, em média, há 2,5 pessoas beneficiadas indiretamente. Em 2014, a Previdência Social beneficiou 94,5 milhões de pessoas, ou seja, mais de 45% da população brasileira, o que reforça a tese do escritor Álvaro Solón de França, de que a Previdência Social reduz as desigualdades sociais exerce uma influência muito importante na economia de um incontável número de municípios brasileiros.

Pergunto:

a) Na opinião de Vossa Senhoria, a reforma da Previdência Social está levando em consideração que aproximadamente 70% dos municípios brasileiros recebem mais recursos oriundos da Previdência Social do que o Fundo de Participação dos Municípios?

b) Vossa Senhoria concorda que a reforma da Previdência Social reduzirá os valores repassados aos aposentados e pensionistas, podendo afetar consideravelmente a economia desses municípios?



Obs.: Como subsídio, a tabela seguinte mostra o exemplo do estado de São Paulo:

A PREVIDÊNCIA SOCIAL E A ECONOMIA NOS MUNICÍPIOS 2010

Município	Benefícios Emitidos	Arrecadação	FPM(b)	a/b
		77.831.423.560	5.691.329.859	12,22
	Total(a)	Urbano	Rural	
Total	69.574.845.146	66.220.379.958	3.354.465.188	
Fonte: MPS (Arrecadação e Benefícios) e Tesouro Nacional (FPM)				
Obs.: Municípios que constam 0(zero), ou os dados não foram disponibilizados ou não há fonte pagadora de benefícios				
Em 84,8% dos municípios o valor dos benefícios emitidos supera o do FPM				
Total de municípios			645	
Total de municípios em que o valor dos benefícios é superior o do FPM			547	

As informações da tabela acima já demonstram o quanto significativo é o valor dos benefícios para a renda da população dos municípios e, por conseguinte, para a economia local.

Quanto à possibilidade de a reforma da Previdência Social acarretar uma eventual redução de valores repassados aos aposentados e pensionistas e seus impactos na economia da maior parte dos municípios brasileiros, não é do âmbito do IBGE efetuar análises prospectivas, ademais uma análise desse tipo, que exigiria a elaboração de cenários que levassem em conta as políticas a serem adotadas.

4) Tivemos uma reunião com os professores e especialistas em cálculos atuariais; foi demonstrada a preocupação com a projeção que o IBGE produz e é usada pelo Governo Federal para tomar suas decisões relacionadas à Previdência.

Por exemplo a taxa de envelhecimento da população. Sabemos que a população brasileira está envelhecendo e alcançaremos um pico de população idosa, porém esse quadro irá se manter ou tende a diminuir considerando a taxa de natalidade menor que a de anos anteriores?

Outra questão é a diferença entre os diversos municípios do Brasil. Não há como dizer que a perspectiva de vida da população que reside na região norte ou nordeste será igual à perspectiva de vida da população que reside na região sul ou sudeste. Como IBGE lida com essa situação?

Impacto de taxas de natalidade declinantes

Como já mencionado, segundo os dados da PNAD de 2012 a 2015 e dos registros de nascimento, as taxas de natalidade seguem declinando num ritmo menor do que o observado anteriormente. Isto implicará numa velocidade menor no processo de envelhecimento. A comparação com a projeção populacional de 2013 implicaria em, inicialmente, valores relativos menores, e, posteriormente,

aumento no volume absoluto no número de pessoas idosas, dado que chegarão nas idades mais avançadas coortes ligeiramente maiores em tamanho.

- Num cenário de fecundidade declinante, a geração de um número menor de crianças, implicará igualmente, no futuro, um contingente menor de pessoas idosas, em função do mencionado acima, quer dizer, tal dinâmica aportará coortes menos volumosas. Todavia, o quadro de iminente envelhecimento estará colocado.

Do ponto de vista demográfico, a experiência internacional, observada em países que atravessaram ou atravessam processo de envelhecimento populacional, aponta que a mitigação dessa questão passa por políticas populacionais de duas naturezas: i) incentivo à natalidade - verificadas, entre outros, nos países do norte europeu (Suécia, Noruega e Dinamarca) e França. Destaca-se que este tipo de política demora ao menos 20 anos para surtir efeito e requer outros tipos de iniciativas ligadas aos cuidados e saúde reprodutiva das mulheres e às questões de gênero, em particular, no mercado de trabalho; e ii) incentivo à imigração internacional - realizado em países como Alemanha, Austrália, Canadá. Cabe destacar que, no caso brasileiro, esse tipo de política demandaria um volume expressivo de migrantes, face ao tamanho que teria nossa população em idades avançadas, e esses migrantes, com o tempo, também envelhecerem.

Alguns pesquisadores indicam que a combinação equilibrada dessas políticas pode ajudar a minimizar, demograficamente, os desafios colocados pela dinâmica populacional.

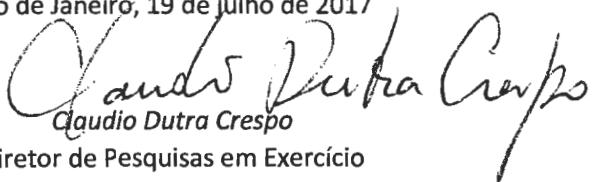
Diferenciais regionais da dinâmica demográfica

A transição demográfica brasileira apresenta duas velocidades bem distintas. Se nas regiões Sudeste e Sul o processo de envelhecimento está mais adiantado, em função das menores taxas de fecundidade e maiores esperanças de vida, no Norte e no Nordeste as expectativas de vida ainda não são muito altas e a fecundidade encontra-se em níveis mais elevados, em especial no Norte. O Centro-Oeste tem como característica taxas de fecundidade próximas às do Sudeste-Sul e esperanças de vida semelhantes às do Norte-Nordeste, situando-se num estágio intermediário da transição demográfica.

O IBGE, ao elaborar as projeções populacionais pelo método das componentes demográficas, desagregadas por Unidade da Federação, passou a levar em consideração e explicitar essas assimetrias regionais que, no limite, são determinadas pelos diferentes estágios de desenvolvimento econômico e social verificados no País.

As tabelas que constam do Anexo II apresentam alguns indicadores demográficos para o Brasil, Grandes Regiões e uma comparação desses indicadores para as Unidades da Federação do Piauí e de Santa Catarina, como exemplo das diferenças regionais.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 2017


Claudio Dutra Crespo

Diretor de Pesquisas em Exercício
Diretoria de Pesquisas

IBGE



ANEXO I

Quadro 1

Ano	População em idade ativa (PIA) (1 000 pessoas)	População economicamente ativa (PEA) (1 000 pessoas)	População não economicamente ativa	População ocupada (PO) (1 000 pessoas)	População desocupada (PD) (1 000 pessoas)	Nível de ocupação (%)	Taxa de desocupação (%)	Taxa de atividade (%)
2015	158.161	104.205	53.957	94.395	9.810	59,7	9,4	65,9
2014	155.719	105.175	50.544	98.112	7.062	63,0	6,7	67,5
2013	153.043	101.906	51.137	95.407	6.499	62,3	6,4	66,6
2012	150.551	100.838	49.713	94.735	6.103	62,9	6,1	67,0
2011	148.181	99.706	48.476	93.165	6.541	62,9	6,6	67,3
2009	143.404	99.949	43.455	91.812	8.137	64,0	8,1	69,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2009 - 2015.

Quadro 2

Ano	Pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas, por condição de contribuição previdenciária		
	Total (1 000 pessoas)	Contribui para instituto de previdência em qualquer trabalho da semana de referência (%)	Não contribui para instituto de previdência em qualquer trabalho da semana de referência (%)
2015	94.395	62,3	37,7
2014	98.112	62,0	38,0
2013	95.407	61,8	38,2
2012	94.735	60,6	39,4
2011	93.165	59,5	40,5
2009	91.812	54,6	45,4

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2009 - 2015.

Quadro 3

Ano	Rendimento médio do trabalho principal das pessoas de 16 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e em trabalhos formais e informais, por sexo (R\$)								
	Ocupadas			Trabalhos formais (2)			Trabalhos informais		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
2015	1.808	2.012	1.522	2.195	2.432	1.873	1.174	1.345	923
2014	1.896	2.127	1.578	2.273	2.520	1.938	1.280	1.495	975
2013	1.881	2.118	1.549	2.250	2.514	1.890	1.280	1.490	976
2012	1.814	2.048	1.483	2.192	2.455	1.826	1.225	1.423	940
2011	1.714	1.926	1.411	2.092	2.323	1.766	1.146	1.336	868
2009	1.574	1.789	1.265	2.014	2.246	1.675	1.021	1.205	762

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2009 - 2015.

Quadro 4

Ano	População residente (1 000 pessoas)	Taxa de urbanização (%)
2015	204.860	84,7
2014	203.191	85,1
2013	201.467	84,8
2012	199.689	84,8
2011	197.825	85,0
2009	193.995	83,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 2009 - 2015.

ANEXO II

Alguns Indicadores Demográficos para Brasil e Grandes Regiões

Brasil e Grandes Regiões	Indicadores Demográficos								
	2015			2030			2060		
	e0	e65	TFT	e0	e65	TFT	e0	e65	TFT
Brasil	75,4	18,4	1,7	78,6	20,0	1,5	81,2	21,2	1,5
Norte	72,0	16,8	2,1	74,7	18,1	1,6			
Nordeste	72,8	17,4	1,8	76,1	18,9	1,6			
Sudeste	77,2	19,0	1,6	80,4	20,6	1,5			
Sul	77,5	18,9	1,6	81,0	20,9	1,5			
Centro-Oeste	74,9	17,9	1,7	77,7	19,3	1,5			

Fonte: IBGE, Projeção da População do Brasil por sexo e idade: 2000-2060 e Projeção da População das Unidades da Federação pro sexo e idade: 2000-2030.

Alguns Indicadores Demográficos para Brasil, Piauí e Santa Catarina

Brasil e Unidades da Federação	Indicadores Demográficos		
	e0	e65	${}_{45}P_{20}$
Brasil	75,4	18,4	0,775
Piauí	70,9	16,2	0,706
Santa Catarina	78,7	19,6	0,823

Fonte: IBGE, Projeção da População do Brasil por sexo e idade: 2000-2060 e Projeção da População das Unidades da Federação pro sexo e idade: 2000-2030.

Diferenças relativas entre Indicadores: Piauí - Brasil e Piauí - Santa Catarina

Brasil e Unidades da Federação	Indicadores		
	e0	e65	${}_{45}P_{20}$
Piauí-Brasil	-6,0	-12,0	-8,9
Piauí - S.Catarina	-9,9	-17,3	-14,2

Fonte: IBGE, Projeção da População das Unidades da Federação pro sexo e idade: 2000-2030.

Legenda:

- e0 ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (ANOS)
- e65 ESPERANÇA DE VIDA AO 65 ANOS (ANOS)
- TFT TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL (FILHO POR MULHER)
- ${}_{45}P_{20}$ PROBABILIDADE DE UMA PESSOA DE 20 ANOS CHEGAR AOS 65 ANOS

